

Sumário

Capítulo I ► SUJEITOS NO PROCESSO PENAL.....	29
1. NOÇÕES GERAIS	29
2. JUIZ.....	29
2.1. Breves noções	29
2.2. O papel do juiz moderno	30
2.3. O princípio da identidade física do juiz (art. 399, § 2º, CPP).....	32
2.4. Regularidade do processo e princípio do impulso oficial (art. 251, CPP).....	32
2.5. Causas de impedimento da atuação do juiz (arts. 252 e 253, CPP).....	33
2.6. Causas de suspeição da atuação do juiz (art. 254, CPP).....	35
2.7. Cessação e manutenção do impedimento ou suspeição (art. 255, CPP).....	37
2.8. Criação proposital de animosidade por má-f� (art. 256, CPP)	37
2.9. A incompatibilidade do juiz (art. 112, CPP).....	38
2.10. Juiz sem rosto e a Lei n� 12.694/12.....	39
3. MINISTÉRIO PÚBLICO	46
3.1. O Ministério Público como parte imparcial ou formal na relação processual (art. 257, CPP)	46
3.2. Impedimento e suspeição do membro do Ministério Público (art. 258, CPP).....	48
3.3. Princípio do promotor natural e imparcial ou promotor legal.....	49
4. ACUSADO	54
4.1. O acusado como parte na relação processual (art. 259, CPP)	54
4.2. Condução coercitiva do réu (art. 260, CPP)	54
4.3. Indisponibilidade do direito de defesa (art. 261, CPP).....	56
5. CURADOR (ART. 262, CPP).....	57
6. DEFENSOR	58
6.1. A nomeação do defensor (arts. 263 e 264, CPP).....	58
6.2. Afastamento e ausência da causa (art. 265, CPP).....	61
6.3. Constituição do defensor e impedimento (arts. 266 e 267, CPP).....	63
7. ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO.....	64
8. FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇ�A	71
8.1. Denominação	71
8.2. Suspeição (art. 274, CPP).....	71
9. PERITOS E INTÉRPRETES.....	72
9.1. Perito (arts. 275 a 280, CPP)	72
9.2. Intérprete (art. 281, CPP).....	73

Capítulo II ▶ PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA	75
1. NOÇÕES GERAIS SOBRE PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES.....	75
2. O JUDICIÁRIO COMO FISCAL DA LEGALIDADE DA PRISÃO (ART. 5º, LXV, CF e ART. 310, I a III, CPP)	89
3. FORMALIDADES DA PRISÃO (ARTS. 283 A 300, CPP).....	94
4. MODALIDADES DE PRISÃO CAUTELAR.....	110
4.1. Prisão temporária (Lei nº 7.960/89)	110
4.2. Prisão em flagrante (arts. 301 a 310, CPP).....	120
4.2.1. Noções gerais	120
4.2.2. Flagrante facultativo e flagrante obrigatório ou compulsório (art. 301, CPP).....	126
4.2.3. Prisão em flagrante nos crimes de ação penal pública condicionada à representação do ofendido e de ação penal privada	128
4.2.4. Espécies de prisão em flagrante (art. 302, CPP).....	129
4.2.4.1. Flagrante próprio ou propriamente dito ou perfeito ou real ou verdadeiro (art. 302, I e II, CPP).....	129
4.2.4.2. Flagrante impróprio ou imperfeito ou irreal ou quase flagrante (art. 302, III, CPP).....	129
4.2.4.3. Flagrante presumido ou ficto ou assimilado (art. 302, IV, CPP).....	130
4.2.4.4. Flagrante preparado ou provocado/crime de ensaio (Súmula 145, STF)	131
4.2.4.5. Flagrante forjado ou urdido	135
4.2.4.6. Flagrante esperado ou intervenção predisposta da autoridade policial.....	135
4.2.4.7. Flagrante diferido ou retardado ou prorrogado ou postergado ou ação controlada (art. 53, II, da Lei nº 11.343/06, arts. 1º, § 6º, e 4º-B da Lei nº 9.613/98 e arts. 8º e 9º da Lei nº 12.850/13)	136
4.2.4.8. Flagrante nos crimes permanentes (art. 303 CPP), habituais e continuados	137
4.2.5. Formalidades para a lavratura do auto de prisão em flagrante delito (arts. 304 e 305, CPP).....	139
4.2.6. Controle jurisdicional da prisão em flagrante e audiência de custódia (arts. 308 a 310, CPP).....	145
4.3. Prisão preventiva	158
4.3.1. Noções gerais	158
4.3.2. Momento de decretação (art. 311, CPP).....	159
4.3.3. Requisitos para a decretação da prisão preventiva (art. 312, CPP).....	161
4.3.4. Circunstâncias legitimadoras e circunstâncias impeditivas da prisão preventiva (arts. 313 e 314, CPP).....	171
4.3.5. Fundamentação da prisão preventiva (art. 315, CPP).....	188
4.3.6. Caráter provisório da decisão acerca da prisão preventiva e prazo de duração/revisão (art. 316, CPP).....	191

4.3.7. Apresentação espontânea do acusado	200
4.4. Prisão domiciliar (arts. 317 a 318-B, CPP).....	200
4.5. Prisão decorrente de decisão de pronúncia (art. 413, § 3º, CPP)	208
4.6. Prisão decorrente de sentença condenatória recorrível (art. 387, § 1º, CPP)....	209
5. EXECUÇÃO PROVISÓRIA OU ANTECIPADA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	210
6. OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES (ARTS. 319 E 320, CPP)	227
7. LIBERDADE PROVISÓRIA.....	240
7.1. Noções gerais	240
7.2. Liberdade provisória com fiança	245
7.2.1. Hipóteses que vedam a fiança (arts. 323 e 324, CPP).....	247
7.2.2. Valor da fiança (arts. 325 e 326, CPP)	249
7.2.3. Condições da fiança (arts. 327 e 328, CPP)	250
7.2.4. Fiança definitiva (art. 330, CPP).....	251
7.2.5. Consequências possíveis da fiança.....	252
7.3. Liberdade provisória sem fiança	255
Capítulo III ▶ CITAÇÕES E INTIMAÇÕES.....	261
1. CONCEITO DE CITAÇÃO	261
2. ESPÉCIES DE CITAÇÃO.....	261
2.1. Citação por mandado ou pessoal (arts. 351 a 357, CPP).....	261
2.2. Citação do militar (art. 358, CPP)	265
2.3. Citação do funcionário público (art. 359, CPP)	265
2.4. Citação do réu preso (art. 360, CPP).....	266
2.5. Citação por edital (arts. 361 a 366, CPP).....	267
2.6. Citação por hora certa (art. 362, CPP)	268
3. SUSPENSÃO DO PROCESSO (ART. 366, CPP).....	271
4. A REVELIA NO PROCESSO PENAL (ART. 367, CPP).....	276
5. CONCEITO DE INTIMAÇÃO	278
6. PROCEDIMENTO PARA AS INTIMAÇÕES (ARTS. 370 A 372, CPP).....	278
Capítulo IV ▶ SENTENÇA.....	283
1. ATOS JURISDICIONAIS.....	283
2. CONCEITO DE SENTENÇA.....	284
3. CLASSIFICAÇÃO DAS SENTENÇAS.....	284
4. CONTEÚDO DA SENTENÇA (ART. 381, CPP).....	286
5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ART. 382, CPP)	290
6. EMENDATIO LIBELLI OU MODIFICAÇÃO DA DEFINIÇÃO JURÍDICA DO FATO (ART. 383, CPP)....	290
7. MUTATIO LIBELLI (ART. 384, CPP)	292
8. INDEPENDÊNCIA DO JUIZ NA SENTENÇA (ART. 385, CPP).....	303

9. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA (ART. 386, CPP).....	304
10. SENTENÇA CONDENATÓRIA (ART. 387, CPP).....	307
11. SENTENÇA DECLARATÓRIA DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	317
12. FORMA DA SENTENÇA (ART. 388, CPP).....	317
13. PUBLICAÇÃO E INTIMAÇÃO DA SENTENÇA (ARTS. 389 A 392, CPP).....	318

Capítulo V ► PROCEDIMENTOS..... 321

1. PROCEDIMENTO COMUM E PROCEDIMENTO ESPECIAL (ART. 394, CAPUT, e §§ 1º e 2º, CPP).....	321
2. PROCEDIMENTO COMUM ORDINÁRIO (ARTS. 395 A 405, CPP).....	324
3. PROCEDIMENTO COMUM SUMÁRIO (ARTS. 531 A 538, CPP).....	340
4. PROCEDIMENTO COMUM SUMARÍSSIMO (LEI Nº 9.099/95).....	343
4.1. Fase preliminar – audiência preliminar (arts. 72 a 76 da Lei nº 9.099/95).....	347
4.2. Procedimento sumaríssimo propriamente dito – audiência de instrução e julgamento (arts. 77 a 83 da Lei nº 9.099/95).....	356
4.3. Suspensão condicional do processo (art. 89 da Lei nº 9.099/95).....	363
5. PROCEDIMENTO ESPECIAL DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497, CPP).....	370
5.1. Competência.....	370
5.2. Composição.....	371
5.3. Princípios constitucionais (art. 5º, XXXVIII, CF).....	372
5.4. Procedimento bifásico.....	373
5.5. Pronúncia (art. 413, CPP).....	376
5.6. Impronúncia (art. 414, CPP).....	385
5.7. Absolução sumária (art. 415, CPP).....	386
5.8. Desclassificação (art. 419, CPP).....	389
5.9. Fase do julgamento.....	393
5.10. Desaforamento (arts. 427 e 428, CPP).....	393
5.11. Jurados.....	396
5.12. O julgamento.....	399
5.13. Debates orais.....	403
5.14. Quesitos.....	409
6. PROCEDIMENTO DOS CRIMES FALIMENTARES (LEI Nº 11.101/05).....	421
7. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE RESPONSABILIDADE DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS (ARTS. 513 A 518, CPP).....	423
8. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A HONRA (ARTS. 519 A 523, CPP).....	426
9. PROCEDIMENTO DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL (ARTS. 524 A 530-I, CPP).....	428
10. PROCEDIMENTO DOS CRIMES PRATICADOS MEDIANTE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER (LEI Nº 11.340/06 – LEI MARIA DA PENHA).....	430
11. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE TÓXICOS (LEI Nº 11.343/06 – LEI DE TÓXICOS).....	442

12. PROCEDIMENTO DOS CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE (LEI Nº 13.869/2019).....	452
13. PROCEDIMENTO DA AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA DOS TRIBUNAIS (LEI Nº 8.038/90).....	455
14. PROCEDIMENTO PARA RESTAURAÇÃO DE AUTOS EXTRAVIADOS (ARTS. 541 A 548, CPP).....	460
15. PROCEDIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (LEI Nº 14.133/21).....	461
Capítulo VI ► NULIDADES	463
1. NOÇÕES GERAIS	463
2. ATOS INEXISTENTES E ATOS IRREGULARES	463
3. ESPÉCIES DE NULIDADES	464
4. PRINCÍPIOS REGENTES DAS NULIDADES.....	466
4.1. Não há nulidades sem prejuízo (art. 563, CPP)	466
4.2. Não há nulidade provocada pela parte (art. 565, CPP)	467
4.3. Não há nulidade por omissão de formalidade que só interesse à parte contrária (art. 565, CPP)	468
4.4. Não há nulidade de ato irrelevante para o deslinde da causa (art. 566, CPP).....	469
4.5. Princípio da causalidade (art. 573, § 1º, CPP)	469
5. ESPÉCIES DE NULIDADE ABSOLUTA	471
5.1. Incompetência	471
5.2. Impedimento e suspeição.....	473
5.3. Suborno do juiz	474
5.4. Ilegitimidade de parte	474
5.5. Ausência de denúncia ou queixa e representação	475
5.6. Ausência do exame de corpo de delito	475
5.7. Ausência de defesa ao réu e de nomeação de curador	476
5.8. Falta de citação, ampla defesa e contraditório	477
5.9. Falta da decisão de pronúncia, do libelo e da entrega da sua cópia.....	477
5.10. Ausência do réu e realização da sessão	477
5.11. <i>Quórum</i> para a instalação da sessão do Júri.....	478
5.12. Sorteio do conselho de sentença em número legal e incomunicabilidade dos jurados.....	478
5.13. Inexistência dos quesitos e suas respostas	478
5.14. Ausência de acusação e defesa no julgamento do Tribunal do Júri	479
5.15. Ausência da sentença.....	479
5.16. Ausência de processamento ao recurso de ofício	479
5.17. Ausência de intimação para recurso	480
5.18. Falta do <i>quórum</i> legal para a decisão	480
5.19. Quesitos ou respostas deficientes e contradição entre elas.....	480
6. ESPÉCIES DE NULIDADE RELATIVA.....	480
6.1. Infringência à regra de prevenção	480

6.2. Falta de intervenção do Ministério Público	480
6.3. Falta de concessão de prazos à acusação e à defesa.....	481
6.4. Falta de intimação do réu para a sessão de julgamento pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia.....	481
6.5. Falta de intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade ...	481
6.6. Ausência da forma legal dos atos processuais	482
7. MOMENTO PARA A ARGUIÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS (ART. 571, CPP).....	482
8. CONVALIDAÇÃO DAS NULIDADES RELATIVAS	484

Capítulo VII ► RECURSOS..... 487

1. TEORIA GERAL DOS RECURSOS	487
1.1. Noções gerais	487
1.2. Características	487
1.3. Efeitos	495
1.4. Recurso de ofício (art. 574, CPP).....	497
1.5. Desvio da administração pública no processamento do recurso (art. 575, CPP).....	499
1.6. Vedação de desistência do recurso pelo Ministério Público (art. 576, CPP) ...	500
1.7. Múltipla legitimidade recursal (art. 577, CPP).....	501
1.8. Pressupostos de admissibilidade dos recursos	502
1.9. Princípio da fungibilidade dos recursos (art. 579, CPP)	507
2. APELAÇÃO	509
2.1. Noções gerais	509
2.2. Interposição.....	510
2.3. Cabimento.....	513
2.4. Processamento	518
2.5. Julgamento	519
3. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO.....	521
3.1. Noções gerais	521
3.2. Interposição.....	521
3.3. Hipóteses de cabimento (art. 581, CPP).....	521
3.4. Processamento	525
3.5. Julgamento	527
4. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....	528
4.1. Noções gerais	528
4.2. Interposição.....	528
4.3. Hipóteses de cabimento	528
4.4. Processamento	529
4.5. Julgamento	530
5. EMBARGOS INFRINGENTES E DE NULIDADE	532

5.1. Noções gerais	532
5.2. Interposição (art. 609, parágrafo único, CPP).....	532
5.3. Hipóteses de cabimento	532
5.4. Processamento	534
5.5. Julgamento	534
6. CARTA TESTEMUNHÁVEL	534
6.1. Noções gerais	534
6.2. Interposição (art. 640, CPP).....	535
6.3. Hipóteses de cabimento (art. 639, CPP).....	535
6.4. Processamento (art. 643, CPP)	536
6.5. Julgamento.....	536
7. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL.....	536
8. RECURSO ESPECIAL E RECURSO EXTRAORDINÁRIO	539
9. AGRAVO EM EXECUÇÃO	546
10. CORREIÇÃO PARCIAL.....	548
11. PROTESTO POR NOVO JÚRI	549
12. AGRAVO INTERNO OU REGIMENTAL OU INOMINADO.....	550
13. RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	551
14. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA	554

Capítulo VIII ▶ AÇÕES AUTÔNOMAS DE IMPUGNAÇÃO 557

1. NOÇÕES GERAIS	557
2. REVISÃO CRIMINAL.....	557
2.1. Noções gerais	557
2.2. Hipóteses de cabimento (arts. 621 e 622, CPP)	559
2.3. Legitimidade <i>ad causam</i> (art. 623, CPP)	563
2.4. Competência (art. 624, CPP).....	563
2.5. Forma de propositura e rito (arts. 625 e 628, CPP).....	564
2.6. Sucessores (art. 631, CPP)	565
2.7. Julgamento e indenização (arts. 626, 627, 629 e 630, CPP).....	565
3. HABEAS CORPUS	567
3.1. Noções gerais	567
3.2. Hipóteses de cabimento (arts. 647 e 648, CPP)	571
3.3. Transgressão disciplinar (art. 647, CPP).....	576
3.4. Competência (art. 650, CPP).....	577
3.5. Legitimidades ativa e passiva.....	579
3.6. Forma de propositura (art. 654, § 1º, CPP)	580
3.7. Rito processual (arts. 655 a 664, CPP).....	580
3.8. Julgamento.....	582

3.9. Recursos	582
4. MANDADO DE SEGURANÇA EM MATÉRIA CRIMINAL	582
4.1. Noções gerais	582
4.2. Hipóteses de cabimento	583
4.3. Competência	585
4.4. Legitimidades ativa e passiva	585
4.5. Procedimento	586
4.6. Julgamento	588
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	589